

El “pueblo” como un significante vacío: análisis del enfoque posestructuralista de la política populista. *The “people” as an empty signifier : analysis of the post-structuralist approach to populist politics*

Felipe Rafael Linden

(pág 57 - pág 67)

Los movimientos populistas colocan la noción del pueblo en el centro de la movilización política. El hecho de que esta noción sea vaga es también su fuerza política. Siguiendo el enfoque postestructuralista del pueblo de Ernesto Laclau como un “significante vacío”, pretendemos analizar las raíces teóricas de este postulado y sus límites basados en la crítica de la literatura pós-saussureana de Vincent Descombes o lo que él llamó las “doctrinas de lo significante”.

Populismo; Pueblo; Significante vacío; Posestructuralismo; Teoría política.

Populists movements place the notion of the people in the center of political mobilisation. The fact that this notion is vague it is also its political force. Following Ernesto Laclau’s post-structuralist approach of the people as an “empty signifier”, we intend to analyse the theoretical roots of this postulate and its limits based on Vincent Descombes’ critique of post-saussurean literature or what he called the “doctrines of the signifier”.

Populism; People; Empty Signifier; Post-structuralism; Political theory.

Felipe Rafael Linden, doutorando em Estudos políticos na Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), trabalha sobre a noção de populismo e de nacional-populismo analisando a construção normativa desses conceitos. Publicou um capítulo no livro *Psicanálise e política : uma nova leitura do populismo* (São Paulo, 2018). lindenfelipe@gmail.com

Recibido 23/08/2019 Aprobado 31/10/2019

Quando tratamos da noção de populismo, o trabalho de Ernesto Laclau é uma das referências teóricas incontornáveis. Na direção contrária das repetidas análises normativas que observam no apelo ao povo dos populistas um perigoso retrocesso democrático, Laclau propõe uma outra perspectiva sobre o populismo através da sua definição particular do “povo” – sempre entre aspas na obra do autor – enquanto sujeito político. O “povo” não é um fato sociológico do qual o populismo seria a sua expressão política direta. Também não se trata de um conceito filosófico bem definido. O “povo”, na realidade, não existe: ele seria antes de tudo um nome que funciona como um “significante vazio” (*empty signifier*) ou “significante flutuante” (*floating signifier*), ou seja, uma identidade sem substância que a constitui e que não se refere *a priori* a nenhum grupo específico, de modo que ele deve ser construído politicamente (é por isso que os termos “identidade popular” ou “identidade populista” são usados como sinônimos de “povo”).

O populismo, entendido como lógica política (LACLAU 2008: 141), desempenha esse papel ontológico na medida em que dá ao significante um sentido num determinado momento. Veremos que a “identidade” política aqui é análoga ao conceito de identidade linguística de Ferdinand de Saussure, isto é, como uma relação entre elementos. O interesse desse artigo será analisar os fundamentos linguísticos desta tese formal do povo como significante vazio, bem como dos seus possíveis limites.

1. O POVO COMO “SIGNIFICANTE VAZIO”

A operação de construção do “povo”, constituído em torno de uma identidade “fictícia” – mas com efeitos políticos reais – é central na definição da razão populista. Entendido, assim, como uma lógica política generalizada, cruzando todas as orientações ideológicas possíveis, o populismo é movido do nível normativo, em que geralmente está localizado, para a reflexão ontológica: o político seria o campo ou espaço de constituição do sujeito. Importante notar a base nominalista subjacente a esses postulados: o nome (significante) funda retroativamente a unidade (o “povo”), que só existe na medida em que é dotado de significado e, portanto, não está dado como uma realidade anterior a esse processo. “A nomeação é o momento chave na constituição de um ‘povo’”, afirma Laclau. Veremos que há uma diferença entre nomes-substantivos e conceitos no dispositivo em questão: nomear é um ato performativo, e o que este nome se refere não tem um conceito correspondente, é por isso que o significante é “vazio”. A noção de “povo” como sujeito político assim seria reabilitada; o populismo, por sua vez, seria “normalizado” como uma lógica política, que desempenha um papel político fundamental na medida em que faz o “povo” emergir, podendo ser interpretada inclusive como a lógica política por excelência.

O termo significante vazio deriva da teoria do discurso desenvolvida por Laclau – um programa teórico iniciado em parceria com Chantal Mouffe no livro *Hegemony and Socialist Strategy* (1985) –, que se apropria e reformula as categorias da literatura estruturalista e pós-estruturalista, acrescentando a contribuição heterogênea de disciplinas, com o objetivo de pensar as práticas políticas como análogas às práticas semiológicas. Por sua vez, a noção de “significante vazio” é introduzido por Laclau em um dos artigos publicado

sob o título *Emancipation(s)* (1996), ainda que no livro escrito com Mouffe a categoria “significante flutuante” já estava presente. Devemos, portanto, examiná-la à luz de seus fundamentos e postulados teóricos a fim de compreender a tese do povo como a construção de um sujeito coletivo pelo discurso populista.

“Sabemos, a partir de Saussure, que a linguagem (e, por extensão, todos os sistemas de significação) são sistemas de diferença, que as identidades linguísticas – os valores – são puramente relacionais e que, por consequência, a totalidade da linguagem está implicada em cada ato individual de significação”. (LACLAU 2015: 94).

Na citação acima, Laclau expõe rapidamente a base axiomática de seu raciocínio sobre o significante vazio, categoria central do seu pensamento político e cuja base ou ponto de partida são os princípios gerais da semiologia de Ferdinand de Saussure. Lembremos brevemente algumas dessas famosas lições do *Curso de Lingüística Geral* ([1906]1972).

1) O caráter duplo do signo linguístico. O signo é uma unidade psíquica composta de duas classes abstratas: um significante (a imagem acústica de uma palavra) e um significado (o conceito ou ideia de uma coisa). A combinação entre os dois é, portanto, inseparável e mediada pela linguagem, mas a combinação que os dá forma não é natural ou motivada;

2) A partir dessa observação deriva o princípio da arbitrariedade do signo, ou seja, os signos são autônomos *vis-à-vis* dos objetos “reais” pois eles não correspondem a uma substância que seria anterior à linguagem;

3) Os signos arbitrários formam um sistema linguístico que Saussure chama de “língua” (*langue* no original em francês), em que cada relação entre signos dá sentido ao conjunto. Sendo assim, a linguagem se apreende através do estudo da língua e de suas relações, e não entre um signo e um objeto ao qual ele faz referência;

4) A língua é um sistema de valores puros. O valor de um signo é o que o distingue de outro signo, isto é, deriva da sua não coincidência no sistema linguístico;

5) Não há termos positivos na língua, apenas diferenças.

A partir dessas lições, a semiótica abriu o caminho para se pensar a linguagem emancipada da realidade: se os signos não se baseiam em coisas, eles são compreensíveis apenas no interior do sistema complexo e auto-suficiente do qual eles fazem parte. Se assim for, é o estudo sincrônico da soma dos signos coexistentes que nos permite pensar a unidade da língua: “A linguagem é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE 1972: 124). Não tendo nenhum conteúdo positivo ou substancial, ou seja, tendo em vista o seu caráter arbitrário, o signo não pode ser pensado de maneira isolada uma vez que a sua identidade é estritamente relacional. Fora dessas relações diferenciais interiores à estrutura da linguagem, não há significação possível.

No âmbito desse texto, o aspecto que será abordado é a maneira que esses princípios do curso de 1916 possam ter sido emprestados, retomados e reformulados gradual-

mente pela chamada escola pós-estruturalista na qual o a teoria do discurso de Laclau se inscreve. O nosso interesse é apontar os efeitos e possíveis desvios de leitura da linguística de inspiração saussuriana no trabalho de Laclau – e de outros autores que o influenciaram diretamente, como Lacan –, mais especificamente na maneira como os elementos teóricos da linguística são manipulados para se pensar noções políticas tal como o povo a partir da categoria do significante vazio. Em vista desse objetivo, nós nos apoiaremos na crítica das “doutrinas sobre o significante” do filósofo Vincent Descombes.

2. REFLEXÕES CRÍTICAS ACERCA DO SIGNIFICANTE “EMANCIPADO”

A abordagem analítica de Descombes visa demonstrar as aporias do pós-estruturalismo em seu ensaio sobre o significante emancipado. Descombes (1983: 181) aponta que as diversas investigações filosóficas que utilizam a linguagem como método de investigação da realidade radicalizaram a inovação saussuriana: da independência do signo em relação aos objetos reais, operou-se a independência do significante em relação ao significado. Como consequência, esse movimento de afirmação da primazia do significante sobre o significado permitiu a reabilitação da ideologia nas ciências sociais e humanas, não no sentido marxista, mas ideologia entendida como investigação sobre a origem das ideias (Louis Dumont). Segundo a “ideologia semiológica”, as ideias não existem antes dos signos; as palavras são os signos das ideias e é a língua que distinguiria uma ideia da outra. A formação e a origem das ideias devem, portanto, ser pesquisados na diferença significativa interior à língua. Em outras palavras, as ideias – a ideia que temos em mente quando nos referimos ao povo, por exemplo – obedeceriam à lei do significante errático. Tal é a conclusão filosófica extraída da semiologia.

No entanto, o pensamento estruturalista e pós-estruturalista não teria retido cuidadosamente as lições de Saussure no momento em que passaram a manipular-las para extrair lições filosóficas. Descombes pretende demonstrar o equívoco lembrando-nos da distinção essencial entre língua (*langue*) e fala (*parole*) ensinada no *Curso*. Essa distinção, embaçada, seria a fonte de todos os mal-entendidos posteriores. A razão do erro é simples: a palavra “linguagem” é polissêmica e, portanto, enganosa, pois abarca ambos (podemos notar que é o caso em francês ou em português). Sob essa mesma palavra, linguagem, a dimensão individual da fala, que pertence ao domínio do discurso, mistura-se com a língua, a sua dimensão social. Interessante notar que na tradução em português dos textos de Laclau, originalmente escritos em inglês, *language* é traduzido indistintamente ora como “língua”, ora como “linguagem”. Nesse primeiro momento, pretendemos clarificar e restabelecer a distinção fundamental entre as duas dimensões.

A língua é definida por Saussure, temos visto, como um sistema de signos. A vocação da semiótica, por conseguinte, é de se ocupar da descrição deste sistema linguístico, caracterizada pela diferença significativa; para tal, a fala – definida como utilização singular dos signos, isto é, discursos e enunciados – é rejeitada nesse tipo de análise. Entre língua e fala, o linguista suíço postula que “temos de escolher entre dois caminhos que não podem ser tomados em simultâneo; eles devem ser seguidos separadamente” (SAUSSURE

1972: 38). Ele enfatiza que para a ciência linguística “a ‘langue’ é o único objeto” (SAUSSURE 1972: 39). Assim, chegamos à seguinte fórmula: “a ‘langue’ é para nós a linguagem menos a ‘parole’” (SAUSSURE 1972: 112). Temos que ter em mente essa distinção para entender o impasse ulterior.

É daí que surge um mal-entendido presente nas análises filosóficas que fazem uso da semiótica saussuriana como método de investigação da realidade, se seguirmos a reflexão de Descombes, pois elas passam indiscriminadamente da língua à fala, isto é, da análise da diferença significativa à análise de enunciados. Dessa maneira, a análise dos signos torna-se análise de discursos aplicando o mesmo método semiótico, método esse que não foi concebido para se aplicar ao segundo tipo de análise mas somente ao primeiro. Os dois tipos de análise são irreconciliáveis, uma vez que o procedimento que se propõe a examinar a diferença entre as palavras a fim explicar o processo de significação não tem a mesma vocação para examinar proposições discursivas. No segundo caso, nós estaríamos fora do campo da lingüística saussuriana: os discursos não formam sistema de diferenças, então não produzem relações significantes, logo não podem ser pensados através da semiótica.

O termo “significante” estaria inscrito na mesma forma de equívoco, uma vez que pode ser estar inscrito tanto na dimensão da língua como na dimensão da fala, constituindo dois tipos de significante opostos que não devem ser confundidos, caso contrário, todo o raciocínio cai em contradição. Citemos o exemplo dado pelo autor: o vocábulo francês “*terre*” difere do significante “*Terre!*” enunciado por um vigília de uma embarcação naval; acontece que, mesmo se tratando do *mesmo* significante, um teria o atributo de um *significante semiológico* e o outro de um *significante proposicional*. Logo, pertencem a duas categorias lógicas diferentes. A consequência dessa confusão é assim descrita:

“O significante é equívoco, o que não é constrangedor desde que estejamos advertidos dessa diferença e que não se mude a sua acepção ao longo do caminho [...] Uma palavra não pode notificar nada: significa alguma coisa, mas não diz nada. Uma fala não pode ser o signo de algo: significa alguma coisa, mas não é de forma alguma o signo de uma coisa ou outra. Incapaz de especificar qual é o significado retido, nós nos impomos uma contorção mental dolorosa: tratar a língua como uma fala ou tratar uma fala como uma língua”. (DESCOMBES 1983: 189)

Em suma, uma semiótica da fala é um oxímoro, não há como operar uma passagem da língua para a fala, do signo semiológico para o signo proposicional. Eis o fardo semiológico: se reduzirmos a linguagem à língua, excluindo a dimensão da fala e permanecendo assim féis a Saussure, temos um problema no que concerne a análise filosófica porque não estudamos mais as afirmações, que estão do lado da fala. Por outro lado, se estendermos o princípio da análise semiológica aos enunciados, isto é, passando do significante semiológico ao significante proposicional, a análise não se sustenta. Esse seria o erro lógico das “doutrinas do significante” que Descombes identifica nos trabalhos de Roland Barthes, Lévi-Strauss, Jacques Derrida ou Jacques Lacan.

Descombes insiste: “A teoria da arbitrariedade do signo linguístico se aplica às palavras, e não às sentenças” (DESCOMBES 1983: 237). O caso de Lacan seria nesse sentido emblemático: mesmo quando ele usa o termo “palavra” – *mot* –, ele o faz no sentido de um enunciado. Exemplo: a “senha” – *mot de passe* – é para Lacan uma palavra sem significado (*pur signifiant*). A sua intenção é demonstrar uma oposição entre signo – “signo disso ou aquilo” – e o significante que não está vinculado a nenhum significado particular, ou seja, que não significa nada. Dessa oposição, o psicanalista francês conclui que a eficácia simbólica do significante seria o seu vazio semântico, denominado por ele como o *effet du pur signifiant*. O problema é que a senha não é nem uma palavra nem um significante saussuriano, ela seria antes uma mensagem com valor enunciativo do tipo “se ele conhece a senha, ele é um de nós”. O “significante puro” não é, portanto, um significante semiológico e arbitrário. Embora Descombes admita que as palavras possam ser usadas em diferentes sentidos no contexto de diferentes discursos, ele nota que uma palavra não pode ter diferentes usos em um mesmo uso.

Resta saber se esse *quid pro quo* também pode ser identificado no caso do significante vazio de Laclau, sabendo que ele foi influenciado pelos autores mencionados anteriormente, sobretudo pela ideia da primazia do significante teorizado por Lacan. Para responder a essa questão, devemos nos interrogar se o significante vazio teria o estatuto de um significante proposicional.

3. FUNDAMENTOS PÓS-ESTRUTURALISTAS DA “RAZÃO POPULISTA”

O modelo teórico elaborado por Laclau e Mouffe nos anos 1980 é o primeiro a utilizar a filosofia pós-estruturalista como instrumento de análise política. A linguística saussuriana é a partir daí empregada para analisar a realidade social e reformular o pensamento marxista, mas abandona-se a ideia de um sistema fechado e regido por leis inerentes à estrutura da linguagem que determinariam o sentido dos termos (a identidade linguística da qual deriva toda identidade); segundo eles, trata-se de uma forma de essencialismo a ser superado (todo “essencialismo” deve ser “deconstruído”). Eles visam à ortodoxia marxista da superestrutura – simbólica e ideológica – determinada pela infraestrutura, pelo modo de produção. A estrutura não deixa de existir, porém ela é “falha”, “incompleta”, “aberta”; abre-se à brecha para radicalizar o caráter arbitrário do signo: “O signo é o nome de uma divisão, de uma sutura impossível entre significado e significante” (LACLAU e MOUFFE 2014: p. 99). O conceito de “hegemonia”, inspirado em Gramsci, é introduzido então para explicar o processo de articulação contingente entre significantes e significados.

Voltemos à argumentação formal sobre os significantes vazios. Para tal, primeiro iremos nos debruçar no artigo *Why Do Empty Signifier Matter to Politics?* (LACLAU: 2007). Laclau admite que a definição do significante vazio é um problema: “Se um significante vazio fosse uma sequência de sons desprovidos de qualquer função significativa, o próprio termo ‘significante’ teria algo de excessivo” (LACLAU 2015: 93). Para resolver esse impasse, ele rejeita as seguintes respostas ao problema: o significante vazio *não* é um significante equívoco – um mesmo significante que teria vários significados em diferentes contextos –,

nem um significante ambíguo, que por ter uma diversidade de significados ligados a ele impediria assim que ele tivesse um sentido bem definido. O significante vazio é apresentado, enfim, como uma subversão, isto é, a “possibilidade teórica de algo que, de dentro do processo de significação, aponta para a presença discursiva de seus próprios limites” (LACLAU 2015: 93).

A questão central que o seu esquema de raciocínio busca responder é a condição de possibilidade do significado. O significante vazio indica o irrepresentável ou os limites do significado do sistema, como o Real lacaniano. Ele resulta da necessidade de nomear uma coisa essencialmente inominável (dá a importância da retórica também no funcionamento da linguagem (LACLAU 2014)), que não tem um correlato conceitual. O raciocínio de Laclau é que para que haja significação, como nos ensina Saussure, há de se existir um sistema de relações no interior do qual se produz sentido; no entanto, diferentemente do estruturalismo clássico, em Laclau a estrutura é “aberta” porque ela não é completa, constituído por diferenças significantes e que, por consequência, estende-se indefinidamente, pois cada diferença que entra em relação produz sentido.

Ora, sem estabelecer limites – aquilo que é interior ou exterior a essa totalidade – um sistema de diferenças *enquanto uma totalidade* não seria possível. No entanto, nos falta critérios lógicos para se estabelecer o limite do sistema: os termos que o compõem não têm valor positivo – ponto fundamental da lingüística moderna –, logo não podemos deduzir conceitualmente a sua identidade e, por consequência, não há como delimitar as fronteiras dessa identidade. O que está dentro ou fora deste sistema é problemático. Há portanto um impasse : ao mesmo tempo em que é incapaz de compor uma totalidade fechada, sem essa mesma totalidade impossível não há significação.

O significante vazio seria a “solução” do problema: trata-se de um processo semiótico de divisão do signo em dois, de quebra do vínculo significado/significante, para que ele possa representar o sistema como um todo. Assim, uma das particularidades interna ao complexo diferencial é transformada em significante vazio pela perda progressiva de seu conteúdo particular, sem nunca atingir um grau zero. O ouro é um exemplo: sem deixar de ser uma mercadoria, sua materialidade é transformada em uma representação universal do valor. Sua função é o cancelamento puro das diferenças – sem que as diferenças deixem de existir completamente – entre todos os elementos do sistema, de modo que eles possam entrar em equivalência como elementos que, apesar de diferentes, formam uma mesma totalidade simbólica. Há uma tensão aqui: a identidade de cada elemento pertencente ao sistema é, portanto, dividida entre sua particularidade diferencial e sua pertença ao sistema, o que os torna ao mesmo tempo diferentes e equivalentes. Finalmente, a condição necessária para que as diferenças existam como uma totalidade – como um sistema de diferenças – é que elas sejam representadas pelo significante vazio que lhes permite forjar uma identidade, identidade esta impossível de apreender conceitualmente.

É por isso que o “povo” ou qualquer outra identidade coletiva na realidade não existe: trata-se de uma identidade sem substância ou fundamento que a constitui. A condição do surgimento do povo é a produção de uma clivagem na sociedade estabelecendo

uma fronteira discursiva entre um “nós” e um “eles”. O “nós” seria o equivalente de um sistema de diferenças unificadas pelo significante vazio contra um inimigo em comum, de uma parte da sociedade que pretende se representar, no entanto, como estando no lugar do todo. Assim, podemos afirmar da seguinte maneira a lição política que Laclau extrai de sua exposição formal sobre os limites do significado : a instabilidade na relação entre significante e significado é o que constitui a possibilidade de ação política. Se as palavras tivessem um significado fixo e necessário, se houvesse um sentido puramente denotativo e literal, não haveria espaço para o conflito ou para a mudança social, em suma, a política desapareceria e com ele o povo como ator político. Tal hipótese só seria possível, evidentemente, em um pesadelo totalitário ou em uma utopia tecnocrática, onde o governo dos homens seria substituído pela administração das coisas.

Quanto mais vazios os significantes, mais eles são eficazes politicamente. De que maneira eles são eficazes? Se queremos traduzir esse raciocínio formal em termos políticos, um exemplo recente seria o colete amarelo (movimento dos *gilets jaunes*): vazio de qualquer referência particular, porque não se refere a nada (grupo social, nacional, ideologia), ele permite literalmente a multidão de se identificar entre ela e também de ser identificado na rua. O colete amarelo tornou-se um símbolo de grupos sociais sem identidade política prévia, uma superfície simbólica para a expressão do protesto popular através de diferentes demandas, de modo que um “povo” se constituiu como sujeito contra a ordem estabelecida e as relações sociais que ela comporta. O significante, uma vez esvaziado de seu significado particular, é o que permite ao heterogêneo se conceber como um. Aqui temos o coração de seu postulado ontológico: a política seria, nesse sentido, a luta discursiva para apropriar-se desses significantes vazios que instituem subjetividades sociais. Na medida em que o significante perde gradualmente ou subitamente o seu significado particular, ele se torna potencialmente o centro da disputa política para se instituir um “povo”. Esse significante vazio é também um significante flutuante, na medida em que diferentes discursos e afirmações competem pelo seu significado uma vez que ele se torna “disponível” no mercado simbólico.

Vimos que “povo” não é, portanto, um dado sociológico ou um conceito, mas uma construção política – isto é, discursiva – a partir da emergência de um significante vazio e flutuante cujas diferentes lutas tentam se apropriar do seu sentido. “Os significantes flutuantes e os significantes vazios devem, portanto, ser concebidos como dimensões parciais de qualquer processo de construção hegemônica do povo” (LACLAU 2008: 157). Como diria Lacan, o simbolismo preside a constituição do sujeito, este sendo determinado pela linguagem e pelo significante (LACAN: 1966). O povo emerge então de um conflito semiológico; a partir da produção de um significante vazio, empregado para unificar demandas sócio-políticas dispersas simbolizando assim o antagonismo social, e um significante que flutua na medida em que cada luta vai tentar lhe dar um significado diferente. A individuação surge deste dispositivo de antagonismo.

O que nos interessa particularmente no raciocínio da teoria do discurso é um possível impensado semiológico que seria a passagem indiscriminada da diferença significativa (*langue*) ao discurso (*parole*) para entender os processos de significação que dão base a sua análise política. “Um significante como ‘democracia’, por exemplo, é, sem dúvida, um

significante flutuante; ele terá um sentido diferente dependendo se ele ocorrer em um discurso conservador liberal, antifascista ou anticomunista” (LACLAU 2015: 121). Assim, o sentido dos significantes – “democracia” no exemplo acima – deriva de seu uso entre os diferentes discursos, portanto, passa da *parole* à *langue* e vice-versa. No entanto, Laclau não ignora essa distinção, mas de maneira implícita ele pretende anulá-la deliberadamente no momento em que se refere a ela:

“O mais importante, no nosso caso, é enfatizar o fato de que esse processo de associação [entre significante e significado] não opera somente no nível gramatical – aquele ao qual Saussure estava interessado em primeiro lugar –, mas também no nível semântico. [...] O fato de a associação começar no nível do significante ou do significado é totalmente secundário: em todo caso, a associação produzirá efeitos em ambos os planos e resultará em um deslocamento da relação significante / significado” (LACLAU 2005: 39).

Mais adiante, Laclau nos informa sobre a trajetória de “autonomia progressiva da nomeação” (LACLAU 2005: 127), na qual ele se apoia, que inicia com o antidescritivismo e que culmina com Lacan. A “soberania do significante” é instaurada por esse último através da ideia de que a identidade e a unidade do objeto resultam da mesma operação de nomeação, e é através daí que podemos finalmente entender o que é o povo para Laclau. A soberania do significante seria, de certo modo, equivalente à soberania do povo no projeto de democracia radical defendido por Laclau e Mouffe, embora quase nunca se refiram à fórmula “soberania do povo”. O populismo, entendido como construção política de um sujeito coletivo que pode fundar as mais diversas orientações ideológicas, depende do resultado do combate discursivo para dar um nome ao povo através de um significante vazio.

Como vimos com Descombes, a emancipação do significante reabilitou a investigação ideológica. Se não há uma realidade extra-discursiva, como sugere Laclau e Mouffe, a nossa percepção das coisas, mediada pela linguagem e pelo arbitrário do signo, é desde sempre ideológica. Sendo assim, ela é radicalmente contingente. No caso do populismo, a *ideia* que temos do povo – ideia que corresponde ao *significado* na semiologia saussuriana – deriva, segundo o raciocínio teórico de Laclau, de um discurso político que o constrói através do processo de nomeação e, portanto, constitui assim a sua gênese ideológica em um dado contexto histórico. A construção do “povo” através do significante vazio é, portanto, veiculado ora pela *parole*, sendo assim um significante proposicional, ora pela *langue*, tornando-se um significante semiológico. A teoria do discurso é, nesse sentido, uma teoria da ideologia. E, como acontece com outras doutrinas sobre o significante, a ideologia é “sociológica”, no sentido de que faz um inventário de idéias coletivas de um determinado momento. As operações discursivas seriam a chave para a compreensão da ideologia através da maneira como o sentido dos significantes é fixado.

4. NOTAS FINAIS

Pensar o populismo como uma lógica política é a grande originalidade da teoria

que analisamos nesse artigo. Essa lógica, no entanto, pretende ser formalizada através de categorias e premissas oriundas do campo da linguística. Os processos de significação são políticos, construídos por discursos que formam o próprio espaço de constituição das relações sociais através de significantes vazios e flutuantes. No entanto, nesse processo, a distinção entre língua e fala é percebida como irrelevante; de maneira similar, há uma confusão entre enunciado e frase : “o enunciado, unidade elementar do discurso, não se confunde com a frase na gramática, com a proposição na lógica nem com o ato de linguagem na filosofia analítica: língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (SALES 2008: 176).

Podemos identificar então a vulnerabilidade apontada por Descombes, quando uma língua é tratada como uma fala ou uma fala como uma língua. Tratar a língua como uma fala, para usar o seu exemplo, corresponderia *ad absurdum* a analisar o dicionário como um discurso, isto é, ler a lista de palavras de uma língua como se fosse um livro escrito por alguém, e tratar a fala como uma língua é como se consultamos um romance escrito por alguém como se fosse um dicionário. Mais uma vez, o problema analítico apontado aqui é a não distinção entre essas duas dimensões da linguagem, língua e fala, e uma segunda confusão que deriva dessa primeira, entre significante proposicional e significante semiológico, o que revela uma contradição lógica.

Pode-se deduzir assim que o sua concepção do significante vazio e da linguagem tem como base uma semiologia “distorcida”, acentuado pela influência da teoria psicanalítica lacaniana na compreensão da linguagem em função da desconexão radical entre significante e significado – a famosa barra *S/s* – que ela opera. O problema da categoria de significante vazio não seria tanto o “vazio” que lhe é atribuído, mas antes a ideia de um “significante” emancipado, de um “puro significante”. Dito isto, a questão que surge frente a esse impasse teórico formal é saber até que ponto o conceito de significante vazio se sustenta e a partir daí e até que ponto a lógica política atribuída ao populismo, a de construção do “povo” sob a lógica do significante (vazio), permanece plausível.

É nesse sentido que Étienne Balibar (2010) critica a categoria de “povo” quando comenta a teoria de Laclau: pouco importa se o significante de referência que o constrói é “vazio”; o limite da hipótese populista, de construção do sujeito político sob a categoria de “povo”, é tendencialmente a nação e seus substitutos (BALIBAR 2010: 236). Os significantes, portanto, teriam um uso político mais “estreito” do que a ideia de significantes vazios e flutuantes na teoria do discurso pretendem indicar. Em todo caso, a revisão dos postulados oriundos da linguística estrutural e pós-estrutural poderia dar uma maior sustentação ao seu modelo formal de análise do populismo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BALIBAR, É. (2010) *La proposition de l'égaliberté*. Paris: PUF.
 DESCOMBES, V. (1983) *Grammaire d'objets en tous genres*. Paris :Minuit.
 LACAN, J. (1966) *Écrits*. Paris : Seuil.
 LACLAU, E. (2008) *La raison populiste*. Paris : Seuil.
 ——— (2015) *La guerre des identités. Grammaire de l'émancipation*. Paris : Éditions la Découverte.

- e **MOUFFE, C.** (2014) "Hegemony and socialist strategy. Towards a radical democratic politics". Londres: Verso, Radical thinkers.
- SALES, R.** (2008) "Laclau e Foucault: desconstrução e genealogia"". En: **MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P.** (eds) (2008) *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS,
- SAUSSURE, F.** ([1906]1972) *Cours de linguistique générale*. Paris : Payot.

